

O Ensino de Música aplicado aos Estudantes com Deficiência Auditiva no Processo de Inclusão: Uma Revisão Sistemática de Literatura das produções da ANPPOM e da ABEM (2000 – 2019.1)

Jonhatam Stanley Gomes Marques
Universidade Federal do Maranhão
jonhatam.stanley@gmail.com

Brasilena Gottschall Pinto Trindade
Universidade Federal do Maranhão
brasilenat@hotmail.com

Resumo: Este artigo, fruto do Trabalho de Conclusão de Curso produzido na graduação em Música/Licenciatura, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), apresenta os resultados de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) de artigos que versam sobre o ensino de música aplicado aos estudantes que apresentam deficiência auditiva, oriundos das produções ANPPOM e ABEM. Seus objetivos específicos são: refletir sobre o ensino de música; sinalizar aspectos básicos da pessoa com deficiência auditiva; e pesquisar artigos que abordam o ensino e a aprendizagem da música aplicados às pessoas com deficiência auditiva. Sua justificativa pelo tema consiste, principalmente, na identificação de um dos autores em relação ao perfil das pessoas pesquisadas. A Metodologia aplicada segue os caminhos da abordagem qualitativa e da Revisão Sistemática da Literatura, quanto ao seu procedimento. Sua fundamentação apoia-se nas orientações internacionais e na legislação nacional referentes à educação para todos, além de autores que abordam o ensino de música na educação básica e o ensino aplicado à pessoa com deficiência auditiva. Ao final, foram encontrados 21 artigos, considerando variadas demandas referentes a: Formação do Educador Musical; Ensino e Aprendizagem; Recursos na Educação Musical Especial; Relato de Experiência; entre outras.

Palavras-chave: Educação Especial/Inclusiva. Música e Deficiência Auditiva. Música e Surdez.

1 Introdução

Neste artigo, objetivamos apresentar uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) de artigos científicos oriundos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), sobre o ensino de música no processo inclusivo aplicado aos estudantes com deficiência auditiva. Seus objetivos específicos são: descrever sobre o ensino de música na contemporaneidade; sinalizar aspectos básicos da pessoa com deficiência auditiva; e pesquisar, nas duas bases de dados, artigos que abordam o ensino e a aprendizagem de música aplicados aos estudantes com deficiência

auditiva. Ao final, iremos responder à questão problema: Quais as principais demandas encontradas nas publicações ANPPOM e ABEM referentes ao ensino de música aplicado aos estudantes com deficiência auditiva?

A justificativa para essa investigação consiste na nossa identificação com o tema em variados âmbitos. No pessoal, devido ao fato de um de nós pertencer ao grupo de pessoas com deficiência auditiva, em nível “moderadamente severa”, e com o diagnóstico de “Otite Média Crônica”, necessitando, usar Aparelhos de Amplificação Sonora Individual, em ambos os ouvidos. No contexto institucional, por termos estudado a disciplina obrigatória “Educação Musical Especial e Inclusiva”, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Brasilena Gottschall Pinto Trindade, o que promoveu nosso acesso a esta temática de forma significativa. Nesse sentido, a deficiência auditiva nos tocou bastante como educando e como futuro educador. E, no contexto social, consideramos imprescindível esta pesquisa no sentido de poder melhor orientar os futuros educadores musicais, pois acreditamos que o envolvimento musical realizado por este perfil de educando pode promover o exercício da cidadania de forma mais efetiva em todos os aspectos.

Para a realização deste trabalho, optamos pelos caminhos metodológicos da abordagem qualitativa em paralelo com a RSL, quanto aos procedimentos, pois o pesquisador investiga sobre o tema em um número razoável de artigos científicos disponíveis. Portanto, iremos coletar artigos científicos que versam sobre a pesquisa em Música, cujas publicações foram realizadas, no ano de 2000 a 2019.1, na ANPPOM e na ABEM. Como descritores de busca para a seleção dos artigos, consideramos: Educação Especial e Inclusiva; Música e Deficiência Auditiva; Música e Surdez; e Música e LIBRAS. Buscaremos esses descritores nos títulos e, depois, eles serão confirmados mediante leituras dos resumos e das palavras-chave.

Na fundamentação teórica, mencionaremos declarações e legislação internacional e nacional de apoio à: educação para todos, educação musical, deficiência auditiva e inclusão. Portanto, mencionaremos a Declaração da Educação para Todos (UNESCO, 1990); a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994); o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); entre outros. Continuando, traremos autores com estudos referentes à educação e ao ensino de música na

Educação Básica, entre outros, além das pesquisas sobre o ensino aplicado ao público alvo, tais como Arroyo (2002), Smith (2008), entre outros. Em adição, também incluiremos autores que versam sobre a RSL (DE-LA-TORRE-UGARTE; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011).

2 O Ensino de Música para Todos

A fim de delimitar a ideia que se tem de Educação Musical, essa refere-se a todas as situações que envolvam o ensino e a aprendizagem da música, a introdução ao estudo formal e todo o processo acadêmico que o segue, incluindo os cursos de graduação e pós-graduação (ARROYO, 2002). Vivemos em constantes transformações, adaptações e ressignificações, perpassando por várias vertentes, sendo necessário que as pessoas façam parte desses processos, hoje, vivenciados a uma grande velocidade quanto à forma de compartilhamento de comunicação e informação.

Nesse sentido, a Educação Musical vem dialogando com a Educação Especial, construindo um caminho que se adéqua às necessidades de cada pessoa, com suas diferenças e particularidades, e desenvolvendo uma área que transita por diversos campos do conhecimento. Conseqüentemente, a Educação Musical Especial vem se configurando e exigindo uma visão plural do educador e pesquisador que se envolve com suas práticas, concepções e os desafios de ensinar música às pessoas com necessidades educacionais diferenciadas. Salientamos que a interdisciplinaridade é uma das principais maneiras para a interação e complemento para auxiliar no desenvolvimento das pessoas — abordando os aspectos cognitivo, motor e afetivo.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) é um documento apresentado pela UNESCO na sua Conferência Mundial da Educação para Todos, no ano de 1990, em Jomtien – Tailândia. A mesma apresenta novas abordagens e definições sobre as necessidades básicas de aprendizagem para o novo século XXI, abrangendo toda a sociedade, sem quaisquer discriminações étnica, racial ou religiosa, tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários para uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e justa. Mais tarde, na realização da Conferência Mundial, foi reafirmando o compromisso de vários países com a

Educação para Todos, a qual esteve voltada, exclusivamente, para a Educação Especial e Inclusiva (com o foco nas pessoas que vivem à margem da sociedade). Nesse encontro, foi assinada a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

No tocante ao ensino de música, apontamos a Declaração da Missão da Sociedade Internacional de Educação Musical (ISME). Na sua 1ª Missão, ela “[...] acredita que a educação musical inclui tanto a educação em música como a educação por meio da música”, além de “[...] ser um processo para toda a vida e que abrace todas as faixas etárias.” Continuando, na sua 5ª missão, ela “[...] acredita que a implementação de esforços é necessária para suprir as necessidades musicais de todos os educandos, incluindo aqueles com necessidades especiais e aqueles com aptidões excepcionais”. (McCARTHY, 1994, p.177-178, tradução nossa).

Seguindo os mesmos passos da ISME, mencionamos o Foro Latino Americano de Educación Musical (FLADEM). Na sua Declaração de Princípios, podemos mencionar o 1º: “A educação musical é um direito humano, presente ao longo de toda a vida, dentro do âmbito escolar e fora dele. Ela deve estar a serviço das necessidades e urgências individuais e sociais” (TRINDADE, 2008, p.402). No Brasil, a ABEM, afinada com as orientações da ISME e do FLADEM, vem ampliando seus esforços no sentido de dialogar com a sociedade e com os órgãos educacionais sobre a implementação da educação musical na Educação Básica.

Nesse sentido, apresentamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96. No seu Art. 26, § 2º, torna-se obrigatório o ensino de arte na Educação Básica. Da mesma forma, no seu § 6º, define que “as artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão [...]” o componente curricular Arte (BRASIL, 1996). A oferta de Educação Especial está apontada nos Artigos 58, 59 e 60 da referida LDB. No seu Art. 58, a educação especial refere-se à “[...] modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Continuando, no Art. 59, os educandos com deficiência têm direito a: “I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível

exigido para [...] sua conclusão, ou então, aceleração em sua conclusão conforme acontece com as pessoas superdotadas.” (BRASIL, 1996).

No tocante aos documentos norteadores da Educação Básica, os caminhos do ensino de música foram sinalizados pelo Ministério da Educação (MEC) mediante a criação dos: Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCN-EI) (BRASIL, 1998a); Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental I e II (PCN-EF I e II) (BRASIL, 1997; 1998b); Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN-EM) (BRASIL, 2000); e, mais recentemente, das Bases Nacionais Comuns Curriculares do Ensino Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (BRASIL, 2018). Em todos esses documentos o ensino de música é norteado quanto aos seus: objetivos, conteúdos, competências, metodologias, avaliação e referências básicas.

Como forma de solidificar a caminhada referente às pessoas em foco, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Essa Lei (Nº 13.146/2015) afirma, no seu art. 1º, ser “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (BRASIL, 2015). Para complementar, apresentamos o art. 28 deste Estatuto, que “incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar [...]” e, ainda, ressaltamos o seu inciso XII, que determina a “oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação” (BRASIL, 2015).

3 A Pessoa com Deficiência Auditiva

Para Smith (2008), a perda auditiva é compreendida quando o ouvido e o mecanismo da audição são lesados ou obstruídos, de modo que os sons não podem ser entendidos ou percebidos. O ouvido interno não consegue conduzir as vibrações que as frequências sonoras produzem por todo o sistema auditivo, não encaminhando os sinais eletroquímicos ao nervo auditivo e, conseqüentemente, não chegando ao córtex cerebral, onde o som é decodificado.

Portanto, as pessoas com deficiência auditiva são aquelas que têm dificuldade de processar as informações sonoras, contidas no ambiente e enviá-las ao cérebro.

Gesser (2009) classifica as perdas auditivas em: a) Condutiva leve ou moderada, quando uma lesão no ouvido externo ou médio impede as ondas sonoras de serem conduzidas até o ouvido interno; b) Neurosensorial, quando essa lesão é no ouvido interno ou no nervo auditivo; e c) Mista, quando engloba alteração tanto condutiva quanto neurosensorial. Segundo o Decreto nº 5.296/2004, artigo 5º. § 1º, define a “b) deficiência auditiva: [como uma] perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;”. (BRASIL, 2004)

Em adição, o último Censo Demográfico realizado no Brasil aconteceu no ano de 2010, sendo publicado sua Cartilha do Censo 2010, referente às Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2012). Considerando a população brasileira total, 23,9% dela apresentam pelo menos uma das deficiências pesquisadas: motora, mental ou intelectual, auditiva e visual. Os perfis de deficiência variam de acordo com a idade da pessoa. Entre as deficiências de todos os perfis, houve maior incidência no grupo da população de 65 ou mais anos de idade, mostrando o processo de envelhecimento e consequente perda de funcionalidades. Tendo em vista o percentual nacional de pessoas com deficiência, 25,6% delas têm alguma perda auditiva. Segundo a “Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência”, a deficiência auditiva está em terceiro lugar, dentre as deficiências que mais atingem o país, abrangendo 9,7 milhões de pessoas, cerca de 5,10% de toda a população brasileira. (BRASIL, 2012, p.6)

3 Metodologia: Busca dos Artigos

Nesta parte, abordaremos nosso principal foco de pesquisa – RSL referente aos artigos oriundos da ANPPOM e da ABEM. A RSL é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema, oferecendo um leque de possíveis aspectos que podem ser analisados de várias maneiras. “Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências [...], mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p.84).

Sobre as abordagens qualitativas das RSL, De-La-Torre-Ugarte, Takahashi e Bertolozzi (2011, p.1262) discorrem que “permitem ao pesquisador entender ou interpretar questões sociais, emocionais, culturais, comportamentais, interações ou vivências que acontecem no âmbito do cuidado em saúde ou na sociedade”. Seguindo as orientações desses autores, investigamos nosso tema em um número razoável de artigos científicos disponíveis em duas Associações sobre a educação musical: ANPPOM e ABEM. Assim, consideramos suas publicações entre os anos de 2000 a 2019.1, oriundos de seus Anais e Revistas em formato eletrônico, que tratam das pesquisas em música/educação.

Na nossa pesquisa, a escolha dos descritores foi pensada no contexto educacional que envolve as pessoas surdas e aquelas com deficiência auditiva, interligando-o com a educação musical e a educação especial. Portanto, foram: Educação Especial e Inclusiva, Música e Deficiência Auditiva, Música e Surdez, Música e LIBRAS. Em seguida, determinamos as fontes e a temporalidade a ser pesquisada (2000 - 2019), conforme apresentaremos nos quadros a seguir.

QUADRO 1 – REVISTA E ANAIS DOS CONGRESSOS DA ABEM

REVISTA E ENCONTRO ANUAL DA ABEM – 2000 a 2019.1

1	FANTINI Renata Franco S; JOLY, Ilza Zenker L.; DE ROSE, Tânia Ma. Santana. Educação musical especial: produção brasileira nos últimos 30 anos.
2	PEREIRA, Sarita A. O surdo: caminho para educação musical.
3	MORALES, Daniela dos S.; BELOCHIO, Cláudia R. A educação musical especial em produções dos Encontros Nacionais da ABEM.
4	ALVARES, Thelma S. A Educação Musical nas Necessidades Educacionais Especiais: desafios na formação discente.
5	BOGAERTS, Jeanine. Educação Musical Inclusiva: Considerações Sobre Aulas de Música numa Escola Regular de Ensino.
6	SANTOS, Neide dos; SANTOS, Noelma de O.; CORDEIRO, Nivaldo Abreu. Educação musical com surdos: Um relato à luz de duas experiências bem sucedidas.
7	GRIEBELER, Wilson Robson; SCHAMBECK, Regina F. Práticas musicais na perspectiva de três grupos com músicos surdos: um levantamento a partir da internet.
8	OLIVEIRA, Márcia R. N. S; MENDES, Adriana N. A. A inclusão social para crianças surdas através da educação musical.
9	OLIVEIRA, Márcia R.N.S; REILY, Lúcia H. Educação musical para crianças surdas e ouvintes: uma proposta de inclusão
10	BISCHOFF, Juliana. Prática de Conjunto com Surdos: um relato de experiência.
11	SILVA, Ewando Müller B. da; RODRIGUES, Jessika C. Música como instrumento de inclusão de alunos surdos.

QUADRO 2 – ANAIS DE ENCONTROS REGIONAIS DA ABEM

ANAIS DE ENCONTROS REGIONAIS / ABEM – 2000 a 2019.1

12	GRIEBELER, Wilson Robson, SCHAMBECK, Regina F. Educação musical para surdos: um estudo exploratório dos trabalhos produzidos no Brasil e o trabalho desenvolvido por uma instituição inglesa.
13	BARROS, Ana Déborah P. de. O ensino da música para pessoas com deficiência: o surdo no contexto não formal.
14	TRINDADE, Brasilena G. Pinto; FERREIRA, Jamile dos S. A Língua Brasileira de Sinais e o ensino de música: sugestões de sinalizações.
15	MATHIAS, Mercia S. Música e Surdez (1986-2016): trinta anos de produção do conhecimento no Brasil.
16	BISCHOFF, Juliana S. Ouvindo a música com o corpo: relato de experiência de Estágio Supervisionado com alunos surdos.
17	SANTOS, Scarlat S. B. Para além do som: relato de uma experiência pedagógico-musical com surdos.
18	NICOLODELLI, Vinícius. Educação e surdez: a inclusão na aula de música.
19	NASCIMENTO, Tiago de O.; DE ALMEIDA, Cristiane Ma. Galdino. Ensino de música para surdos em uma ONG: um projeto de pesquisa.

QUADRO 3 – ANAIS DO CONGRESSOS DA ANPPOM

ANAIS DOS CONGRESSOS ANPPON – 2000 A 2019

20	KUNTZE, Vívian L.; SCHAMBECK, Regina F. Música e surdez: um levantamento da produção acadêmica no Brasil.
21	PEREIRA, Gláucia T. M.; CHAVES, Larissa Aparecida T.A. A música como agente facilitador no processo da reabilitação auditiva: transdisciplinaridade entre musicoterapia e fonoaudiologia.

Conforme demonstramos no Quadro 1, referente aos artigos da Revista da ABEM e nos Anais dos Congressos da ABEM/2000-2019.1, encontramos 11 artigos que versam sobre nosso tema. Quanto aos Anais de Encontros Regionais da ABEM/2000–2019.1 (Quadro 2), encontramos oito artigos. Por fim, nos Anais dos Congressos da ANPPOM/2000-2019 (Quadro 3), encontramos mais dois artigos científicos. Ao todo, foram 21 artigos encontrados que tratam sobre o ensino de música aplicado aos estudantes com surdez e/ou com deficiência auditiva.

5 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Ao analisarmos os artigos selecionados, observamos que, nas suas discussões, continham temáticas relacionadas entre si, as quais envolvem a educação musical especial, e, conseqüentemente, a educação musical de pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva.

Portanto, destacamos quatro temáticas mais relevantes para serem explanadas; 1) Formação do Educador Musical; 2) Ensino e Aprendizagem; 3) Recursos para a Educação Musical Especial; e 4) Relato de Experiência. Em seguida, abordaremos as discussões dos artigos referentes a cada temática classificada.

1) Formação do Educador Musical - Os autores falam sobre a importância de uma formação adequada do Educador Musical que atua na educação básica. Abordam o currículo dos cursos de Licenciatura em Música, o qual precisa oferecer aos graduandos a oportunidade de ter uma prática pedagógica em instituições que atendam estudantes com necessidades educacionais especializadas.

Enfatiza-se que o educador precisa conhecer as particularidades da deficiência auditiva de seus estudantes e suas limitações, para uma possível adaptação metodológica. É necessário atentar-se aos detalhes de como esse grupo de pessoas interage com a música, para mudar a sua metodologia, caso as aulas não ocorram conforme o planejado inicialmente. Fazer as adequações necessárias dos conteúdos e atividades, assim como dos instrumentos musicais a serem trabalhados em sala de aula é indispensável. Um dos artigos destaca que o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) desenvolve uma pesquisa com o objetivo de investigar os efeitos de aulas de música para crianças na educação precoce, viabilizando, assim, um espaço para a prática pedagógica de graduandos de cursos de Licenciatura em Música.

2) Ensino e Aprendizagem - os autores ressaltam a necessidade de o educador dominar ou ter conhecimento básico da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Caso este não esteja familiarizado com a Libras, é preciso que haja a presença de um intérprete durante as aulas, pois essa presença é fundamental para que a pessoa surda possa compreender e entender a linguagem musical adaptada a ela.

Além do mais, o professor necessita saber qual o entendimento do seu estudante surdo em relação à música, sentida em várias partes de seu corpo, mediante vibrações sonoras. Esta vibração acaba sendo um elemento comum no ensino de música para este estudante, tanto na surdez moderada como na surdez profunda. Os autores afirmam que: as

frequências graves são sentidas nos pés, braços e pernas; e as frequências mais agudas são sentidas no rosto, pescoço e peito.

O estudante surdo leva um tempo maior para aprender e entender a dinâmica de equipe na prática musical em conjunto, pois eles não têm a memória musical e a pulsação desenvolvida desde a infância como, geralmente, acontece com os ouvintes. Nos artigos analisados, os principais objetivos propostos pelos professores para estimular aprendizagem musical foram: sensibilização das crianças para o som; realização de pequenos arranjos e composições; e o desenvolvimento de repertório. Essas atividades bem estruturadas estimulam o desenvolvimento da pessoa, englobando motricidade, intelectualidade e afetividade, além dos aspectos cognitivo, psicomotor e afetivo/social.

Quando se trata de uma classe com este perfil de estudante, muitas vezes, observa-se que a aula de música passa a ser apenas um momento para relaxar ou que serve como pano de fundo para atividades recreativas e/ou de socialização.

3) Recursos para a Educação Musical Especial - Partindo do pressuposto de que a compreensão de mundo da pessoa surda se dá pelos aspectos visuais, é de extrema importância que, no andamento do processo de ensino e aprendizagem, o educador utilize, dentre os recursos metodológicos, uma escrita musical alternativa, para facilitar o entendimento dos estudantes, como as imagens coloridas para concepção dos aspectos musicais.

Em se tratando dos principais recursos materiais citados para este público alvo, tem-se: instrumentos de percussão, teclado, tablado de madeira no chão para retorno da vibração nos pés, caixa de som direcionada para os estudantes, metrônomo visual e vídeo de percussão corporal. Os movimentos corporais foram usados, fundamentalmente, com vistas a melhorar a execução individual em sala de aula.

O metrônomo visual substitui o metrônomo sonoro. Esse é um equipamento constituído por quatro lâmpadas ligadas a um sequenciador eletrônico. Essas lâmpadas do metrônomo possuem tamanhos e cores diferentes, trabalhando através desta dinâmica a intensidade e as pausas das músicas. Foi identificado o uso do alfabeto musical/visual, luzes e sensores adaptados aos instrumentos de percussão como apoio no campo visual, facilitando,

assim, o melhor desenvolvimento das atividades propostas. Esses materiais têm como objetivo estimular a percepção rítmica, memória, atenção, concentração, paciência, noção espacial, percepção tátil, associação tátil-visual, abstração, coordenação motora, criatividade, pulsação e participação em grupo.

Em um dos artigos, foram registradas a falta de recursos para as aulas e a dificuldade de expressar termos musicais em Libras diante dos estudantes. Portanto, surge a necessidade de criar os termos musicais para uma melhor assimilação dos aspectos que envolve o ensino da música.

4) Relato de Experiência - em sua maioria, são voltados para as ações de educadores musicais junto a instituições de educação, escolas de músicas e escolas especiais. Todas elas trabalhando com pessoas com necessidades educacionais especiais e levantando possibilidades de musicalização para as pessoas surdas. Nesses relatos, observamos que a interação da música na vida cultural do surdo possibilita maior relacionamento com a sociedade.

Foi observado, também, que, quando o educador musical respeita a potencialidade de cada estudante surdo e confia na sua capacidade cognitiva, permite que ele se sinta importante e capaz para enfrentar os desafios que podem aparecer no transcorrer de toda a sua vida. Conseqüentemente, o desenvolvimento de suas capacidades sensorial, física e auditiva o ajudará na adaptação social, pois, ao demonstrar habilidade musical, adquire respeito e autoconfiança.

Diversos obstáculos foram encontrados em alguns relatos de experiência, como o consentimento de projetos pelos organismos administrativos e docentes das escolas dos alunos para não realização das atividades nas escolas, demonstrando total desconhecimento dos profissionais quanto à importância de um trabalho de educação musical no contexto da escola inclusiva, além da demora na aprovação do projeto pelo Comitê de Ética.

6 Considerações Finais

Diante do exposto, realizamos a RSL de artigos que versam sobre Música e Deficiência Auditiva e encontramos um total de 21 artigos publicados nos Anais e Revistas da AMPPOM e

nos Anais dos Encontros Nacional e Regional da ABEM, entre os anos de 2000 até 2019.1. Em se tratando de publicações regionais da ABEM, observamos que: a região Nordeste foi a que mais se destacou, com um total de oito publicações; em seguida, a região Sul, com seis publicações; depois, as regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste, com quatro, dois e um artigos publicados, respectivamente.

A maior parte da elaboração das pesquisas nos eventos foi de Relatos de Experiência, e alguns trabalhos propuseram reflexões sobre a formação dos docentes na área da educação especial, haja vista que algumas das pesquisas ainda estavam em processo de andamento. Ainda assim, é necessário um grande esforço dos acadêmicos, professores e pesquisadores para fortalecer a perspectiva teórica na área da Educação Musical Especial, focalizando na deficiência auditiva. Torna-se imprescindível que o educador/pesquisador tenha um olhar plural para desenvolver suas práticas em sala de aula, colaborando, assim, com essa área.

A maioria dos artigos selecionados aponta para a falta de materiais didáticos e bibliográficos que possam subsidiar pesquisas no que diz respeito às pessoas com necessidades educacionais especiais no contexto da educação musical. Com esse mapeamento das produções da AMPPOM e ABEM, é notória a necessidade de mais produções nesta área e, também, de mais contribuições de outros autores engajados na busca por uma educação musical voltada para os atores em foco.

Diante destas demandas encontradas, assim como na qualidade de um dos representantes do perfil dos estudantes em foco, sugerimos que, além da oferta da disciplina “Libras” nos cursos de Licenciatura em Música, seja oferecida uma nova disciplina — “Libras Aplicada à Educação Musical”. Esta, com estudos mais aprofundados sobre o ensino de música, aplicação mediante variadas atividades musicais e com a criação de recursos didáticos e metodológicos, necessários para atender às necessidades e lacunas que se apresentam no ensino de música a estes atores.

Também, defendemos a aplicação de Estágios Supervisionados Obrigatórios em Música, ministrados em instituições de ensino que atendam a pessoas com necessidades educacionais específicas. Possivelmente, os educadores musicais encontrarão estudantes com algum perfil de deficiência nas escolas de Educação Básica. Importante considerar, também,

outros espaços — educacional e social — que atendam ao nosso público alvo. Assim, podemos refletir de que forma a educação musical pode contribuir para enfrentar os desafios encontrados em nossa sociedade. Uma educação genuinamente inclusiva é um meio de prevenir futuros problemas ou situações sociais desagradáveis.

Referências

ALVARES, Thelma S. A Educação Musical nas Necessidades Educacionais Especiais: Desafios na formação discente. In: Congresso Nacional da Abem, 19., 2010, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ABEM, p. 132-137, 2010.

ARROYO, Margarete. Educação Musical na Contemporaneidade. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Música da UFG, 2., 2002, Goiânia. **Anais...** Goiânia: SNPM UFG, 2002, CdRom.

BARROS, Ana Déborah P. de. O ensino da música para pessoas com deficiência: o surdo no contexto não formal. In: Encontro Regional Nordeste da ABEM, 12., 2014, São Luís. **Anais...** São Luís: ABEM, p. 1-11, 2016. Disponível em: http://abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/regional_nordeste/nordeste/paper/view/627/147. Acesso em: 12 set. 2020.

BISCHOFF, Juliana. Prática de Conjunto com Surdos: um relato de experiência. In: Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, 23., 2017, Manaus. **Anais...** Manaus: ABEM, p. 1-8, 2017. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/congresso2017/cna/paper/viewFile/2730/1309>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BOGAERTS, Jeanine. Educação Musical Inclusiva: considerações sobre aulas de música numa escola regular de ensino. In: Encontro Nacional da Abem, 19., 2010, Goiânia. **Anais...**Goiânia: ABEM, 2010.

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência** / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido-original-eleitoral.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, MEC/SEF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, v.3, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394/1996** (Lei Ordinária) 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** (1 a 4 série) / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-06-arte.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** (5 a 8 série) / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998b. 116 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

DE-LA-TORRE-UGARTE, Mônica Cecilia; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011.

FANTINI, Renata Franco Severo; JOLY, Ilza Zenker Leme; ROSE, Tânia Maria Santana de. Educação Musical Especial: produção brasileira nos últimos 30 anos. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 24, n. 36, p. 36-54, 2016. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/566>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GRIEBELER, Wilson Robson; SCHAMBECK, Regina Finck. Educação musical para surdos: um estudo exploratório dos trabalhos produzidos no Brasil e o trabalho desenvolvido por uma instituição inglesa. In: Encontro Regional Sul da Associação Brasileira de Educação Musical, 16., 2014, Blumenau. **Anais...** Blumenau: ABEM, 2014.

GRIEBELER, Wilson Robson; SCHAMBECK, Regina Finck. Práticas musicais na perspectiva de três grupos com músicos surdos: um levantamento a partir da internet. In: Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, 21., 2013, Pirenópolis. **Anais...** Pirenópolis: ABEM, p. 246-256, 2013. Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.com.br/sistemas/anais/congressos/ABEM_2013_p.pdf#page=2046. Acesso em: 20 ago. 2020.

KUNTZE, Vívian L.; SCHAMBECK, Regina F. Música e surdez: um levantamento da produção acadêmica no Brasil. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 23., 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPPOM, 2013.

MATHIAS, Mercia Santana. Música e Surdez (1986-2016): trinta anos de produção do conhecimento no Brasil. In: Encontro Regional Nordeste da ABEM, 13., 2016, Teresina. **Anais...** Teresina: ABEM, p. 1-9, 2016. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/regnd2016/regnd2016/paper/viewFile/2098/926>. Acesso em: 24 ago. 2020.

MCCARTHY, Marie. **Toward a global community:** the International Society for Music Education 1953-2003. Australia: International society for Music Education (ISME), 2004.

MORALES, Daniela dos Santos; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A educação musical especial em produções dos Encontros Nacionais da ABEM. In: Encontro Anual da Abem, 18., 2009, Londrina. **Anais...** Londrina, p. 114-126, 2009. Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/anais2009/Anais_abem_2009.pdf Acesso em: 20 ago. 2020.

NASCIMENTO, Tiago de O.; DE ALMEIDA, Cristiane Ma. Galdino. Ensino de música para surdos em uma ONG: um projeto de pesquisa. In: Encontro Regional Nordeste da Associação Brasileira de Educação Musical, 14., 2018, Salvador. **Anais...** Salvador: ABEM, p. 1-12, 2018. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/nd2018/regnd/paper/viewFile/2943/1590>. Acesso em: 22 set. 2020.

NICOLODELLI, Vinícius. Educação e surdez: a inclusão na aula de música. In: Encontro Regional Sul da ABEM, 17., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABEM, p. 1-9, 2016. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/xviiregnsul/regs2016/paper/viewFile/1814/807>. Acesso em: 22 set. 2020.

OLIVEIRA, Marcia Regina N. S.; MENDES, Adriana N. A. A inclusão social para crianças surdas através da educação musical. In: Congresso da Associação Brasileira de Educação Musical, 22., 2015, Natal. **Anais...** Natal: ABEM, 2015.

OLIVEIRA, Márcia Regina N. S; REILY, Lúcia H. Educação musical para crianças surdas e ouvintes: uma proposta de inclusão. In: Congresso da Associação Brasileira de Educação Musical, 22., 2015, Natal. **Anais...** Natal: ABEM, p. 1-12, 2015. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/xxiicongresso/xxiicongresso/paper/viewFile/1250/439>. Acesso em 20 set. 2020.

PEREIRA, Gláucia T. M.; CHAVES, Larissa Aparecida T.A. A música como agente facilitador no processo da reabilitação auditiva: transdisciplinaridade entre musicoterapia e fonoaudiologia. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 23., 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPPOM, p. 1-8, 2013. Disponível em: <https://anppom.com.br/congressos/index.php/23anppom/Natal2013/paper/view/2230/40>. Acesso em: 22 ago. 2020.

PEREIRA, Sarita A. O surdo: caminho para a educação musical. In: Congresso Anual da Associação Brasileira de Educação Musical, 13., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEM, p. 966- 970, 2004.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista brasileira de fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, Neide dos; SANTOS, Noelma de Oliveira; CORDEIRO, Nivaldo Abreu. Educação musical com surdos: Um relato à luz de duas experiências bem sucedidas. In: Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, 21., 2013, Pirenópolis. **Anais...** Pirenópolis: ABEM, p. 854-863, 2013. Disponível em: http://www.abemeducaomusical.com.br/sistemas/anais/congressos/ABEM_2013_p.pdf#page=854. Acesso em: 11 ago. 2020.

SANTOS, Scarlat S. B. Para além do som: relato de uma experiência pedagógico-musical com surdos. In: Encontro Regional Sul da ABEM, 17., 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABEM, p. 1-8, 2016. Disponível em: <http://abemeducaomusical.com.br/conferencias/index.php/xviiregulsul/regs2016/paper/viewFile/1941/847>. Acesso em: 21 set. 2020.

SILVA, Ewando Müller Barbosa da; RODRIGUES, Jessika Castro. Música como instrumento de inclusão de alunos surdos. In: Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, 23., 2017, Manaus. **Anais...** Manaus: ABEM, p. 1-10, 2017. Disponível em: <http://abemeducaomusical.com.br/conferencias/index.php/congresso2017/cna/paper/viewFile/2644/1308>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. Trad. Sandre Moreira de Carvalho. 5. edição. Porto Alegre: Artemed, 2008.

TRINDADE, Brasilena Gottschall Pinto. **Abordagem de Educação Musical CLATEC: uma proposta de ensino de música incluindo educadores com deficiência visual**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação Música da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

TRINDADE, B. G. P; FERREIRA, J. S. A Língua Brasileira de Sinais e o ensino de música: sugestões de sinalizações. In: Encontro Regional Nordeste da Associação Brasileira de Educação Musical, 12., 2014, São Luís. **Anais...** São Luís: ABEM, p. 1-13, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos.** Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.